

A Geografia Política no Ensino e as Novas Possibilidades de Abordagens Sociais

LIMA, Wendell Teles de¹
OLIVEIRA, Maria Libório²
SOUZA, Sebastião Perez de³
LACORTT, Marcelo⁴
SILVA, Iatiçara Oliveira da⁵

Resumo

O Ensino de Geografia passa ser um dos componentes curriculares mais importantes na geografia, o fato é relacionado cada vez mais à importância da política na vida social. Nesse sentido, a nossa problemática é como o ensino de geografia política encontra-se no momento contemporâneo, qual é o âmbito de preocupações deve ser ter em mente. Tem-se como objetivo compreender a geografia política e seu período de formação, analisar o ensino de geografia política em sua agenda atual de preocupações. A metodologia será de cunho bibliográfico para a análise dos fatos.

Palavras-Chave: Ensino; Geografia; Política.

Introdução

O ensino de geografia passa ser um dos componentes curriculares mais importantes na geografia, o fato é relacionado cada vez mais à importância da política na vida social, entretanto, o ensino de geografia política encontra-se ligado a informações denominadas atualidades, necessitando de um maior aprofundamento crítico nesse sentido.

A busca da superação desse fato ainda se faz presente no ensino, que tem como comprometimento o processo de construção da cidadania, ao mesmo tempo é um campo

¹ Professor Doutor, da Universidade do Estado do Amazonas Coordenador do Núcleo de Estudos Fronteiriços de Geopolítica e Relações Internacionais (NETGRI) e do Grupo de Pesquisa de Estudos Geográficos (GEPEG), Professor do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CSTB -UEA). Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: wendelltelesdelima@gmail.com

² Doutoranda em Ciências da Educação, especialidade Educação Matemática na Universidade do Minho em Portugal, Mestra em Estudos Amazônicos pela Universidade Nacional de Colômbia - UNAL/CO (2010), Título revalidado pela Universidade Federal do Amazonas equivalente ao Título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia. Pesquisadora, líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Sociedade - NEPECS/CNPQ, membro do Grupo de Pesquisa Estudos Geográficos - GPEG/CNPQ, membro do Núcleo de Pesquisa em Matemática, Educação e Sociedade/CNPQ. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, atualmente em exercício no IFB - Campus Estrutural.

³ Graduado em Pedagogia Especialista em Libras.

⁴ Graduado em Matemática pela Universidade de Passo Fundo. Mestre em Engenharia pela Universidade de Passo Fundo. É professor de matemática do Instituto Federal Sul-rio-grandense - Campus Passo Fundo.

⁵ Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Amazonas. Mestra em Genética e Evolução pela Universidade Federal de São Carlos. Tem experiência na área de Genética, com ênfase em Genética Animal, atuando principalmente nos seguintes temas: Amazônia, Ensino de Ciências e Biologia, Aprendizagem Significativa, Ludicidade e Divulgação Científica.

que pode ser desenvolvido com sucesso na área de ensino mais especificamente na geografia política.

Nesse sentido, a nossa problemática será em direção como o ensino de geografia política encontra-se no momento contemporâneo, qual é o âmbito de preocupações deve ser ter em mente? Como passar para essa fase já que ainda a geografia política anda ligada ainda a perspectiva estatal.

Tem-se como objetivo compreender a geografia política e seu período de formação, analisar o ensino de geografia política em sua agenda atual de preocupações. A metodologia será de cunho bibliográfico para a análise dos fatos.

Formação da Geografia Política

A geografia política surge no Século XIX com Friedrich Ratzel, geógrafo alemão. Sua sistematização ocorre em 1897, com a obra Geografia Política. De acordo com Moraes (1995), seria segundo um dos seus opositores como o historiador francês Lucien Febvre que a intitulava como manual do imperialismo. Para esse teórico a geografia política era distorcida dos objetivos da verdadeira geografia que deveria preocupar com os fatos e sua localização.

As ideias *ratzelianas* foram combatidas em função da anexação de Alsásia e Lorena províncias ricas em carvão fundamentais para o processo de industrialização no Século XIX para os países europeus, a perda dessas províncias para Alemanha na guerra franco-prussiana trouxe a ascensão da figura de Vidal de La Blache, geógrafo francês, que teve a função de trazer as discussões geográficas para a França que se encontrava centralizada em torno da geografia ratzeliana.

A disputa em torno de projetos geográficos tem como pano de fundo a disputa hegemônica de liderança entre uma França colonialista e uma Alemanha e ascensão expansionista. Castro (2005, p. 45) retrata o contexto na seguinte forma:

A partir do final do século XIX e início do Século XX, a consolidação da forma moderna do Estado como um projeto territorial e social enraizado teve no nacionalismo um recurso ideológico necessário. Elaborado intelectualmente como um movimento moderno na época da Revolução Francesa (Vicent, 1995: 242), o nacionalismo consolidou-se nas lutas de independências do Novo Mundo no século XIX e permanece ainda operante na atualidade. Na construção do imaginário nacional, forjado pelo nacionalismo, o território tornou-se

progressivamente um patrimônio que a nação deve preservar como herança para as novas gerações, sendo a ordem estatal a sua garantia.

As questões territoriais giravam em torno das preocupações de Ratzel em função do Estado alemão ter se formado tardiamente comparado a França, Holanda e Inglaterra, entre outros, trazendo sérias consequências na corrida colonialista para o país. A Alemanha em sua época era um conjunto de feudos aglomerados prejudicando a consolidação do Estado Alemão.

A necessidade de superação desse fato é fundamental porque a necessidade do projeto alemão passa pela indigência de uma modernização centralizada e que ocorrerá tendo como área central a Prússia unida, vencedora na guerra com a Áustria, que dará o tom do caminho a ser trilhado por esse país em torno de seu projeto de consolidação territorial somado com os seus objetivos expansionistas em direção à Europa.

O Estado passa ser o principal protagonista pelo projeto do imperador Bismark na época tendo como mentor intelectual as ideias de Friedrich Ratzel e sua geografia política. De acordo Moreira (1994), a geografia seria um projeto de Estado, conforme visto “A geografia-político-estatística define o papel da geografia como sendo o de montagem do painel mais amplo e sistemático possível de uma dada conjuntura, tomado por base territorial sua unidade político-regional” (MOREIRA, 1994, p. 21).

Teorias como espaço vital começam a ser formuladas, Font e Rufi (2006) a relação espaço e sociedade é parte integrante dessa teoria tendo em vista as necessidades de cada sociedade diante dos elementos existentes nesse espaço que conforme Font e Rufi (2006) resultando na expansão que garanta a perenidade de um Estado territorial.

A visão organicista e estatal das análises de Ratzel são frutos de sua época, surgindo a influência das teorias de Charles Darwin, não foi somente Ratzel que teve suas teorias pensadas a partir das ciências naturais e sim, as ciências humanas como um todo, isso ocorre em função de serem metodologicamente mais desenvolvida do que as ciências humanas na época.

A radicalização dos fatos interpretativos da geografia política ocorre em função das disputas hegemônicas pela Europa travadas pela França e Alemanha que tem como resultado as geografias de um lado e outro. É nesse sentido, que Vesentini (2008) abordará a seguinte ideia que a geografia política foi estigmatizada em função do contexto histórico vivido como uma área de conhecimento determinista.

A distinção entre determinismo e possibilíssimo, cabe recordar, foi iniciada a partir de um reproche francês à obra do iniciador – ou melhor, sistematizador – da geografia política moderna, Friedrich Ratzel. Essa distinção – ou melhor, essa construção teórica – avançou a partir do advento e da expansão da geopolítica e as suas pretensas vinculações com a geografia política ratzeliana (VESENTINI, 2008, p. 3).

Talvez a concepção mais determinista da geografia política foi realmente o desenvolvimento da Geopolítica. No momento contemporâneo aparece como um ramo do conhecimento multidisciplinar. Entretanto, no momento em que surgiu no início do Século XX voltou sua análise as causas deterministas ligadas a ascensão do Estado, e oriunda da Suécia que teve como criador o jurista Rudolf Kjéllen.

Teve como fonte de inspiração a obra de 1897 Geografia Política, entretanto, chega em primeiro momento concebida por muitos um conhecimento voltado para o imperialismo, portanto, acusada de uma pseudociência, uma ideologia um instrumento do Estado ditatorial isso ocorre em função de suas ligações com o nazi-fascismo durante o período de entre guerras que a tornou popular através de coronel alemão Karl Haushofer. Conforme Magnoli (1988, p. 12) ao definir geopolítica a coloca da seguinte maneira:

A Geopolítica é fruto dessa aproximação entre geógrafos e generais, desse encontro histórico entre a Geografia e o Estado.
O sueco germanófilo Rudolf Kjéllen professor de Ciência Política na Universidade Upsala, foi o primeiro a utilizar o termo Geopolítica. Sua obra editada em 1916 e significativamente intitulada *O Estado como manifestação de vida*, define ‘A geopolítica é a ciência que concebe o Estado como um organismo ou como um fenômeno no espaço’.

A geopolítica trouxe inúmeros problemas iniciais a geografia política ocasionando seu estigma e rejeição na academia o que trouxe sérios problemas para seu desenvolvimento como ramo da geografia, associada a geopolítica, ela teve seu momento de mobilidade em torno de questões importantes para o desvendamento dos fenômenos sociais.

A retomada da geografia política e da geopolítica ocorre nos anos de 1970 com a chegada do movimento de renovação da geografia, a sua (re) descoberta ocorre em

função dos problemas atuais da sociedade e, ao mesmo tempo, da importância da política que abarca diferentes realidades e escalas para a análise geográfica.

A ideia centrada no Estado parece prontamente ser superada em função do leque de assuntos atuais estudados na disciplina, entre eles a preocupação com ensino trazendo consequências importantes para uma análise mais aprofundada sobre a relação do poder e espaço que é algo central na disciplina.

A geografia política e o ensino diante da superação da sobre a análise estatal

Conforme Horta (2006) a geografia política não pode ser associada a temas relacionados ao imperialismo, segundo o autor as análises que são feitas em torno do pensamento do processo de formação desse ramo de conhecimento geográfico não ocorreram apenas centrado em uma geografia imperialista, existiam na realidade outras formas de análise da política no espaço.

Conforme estes teóricos Élisée Reclus, geógrafo francês, Josué de Castro médico, que são ícones da geografia brasileira e teóricos que fizeram diferenças e formas de pensar o espaço político de maneira política, tendo o componente espacial e, ao mesmo tempo, sendo conterrâneos da geopolítica.

Não se trata, portanto, de simplesmente ‘optar’, ideologicamente, por uma ou outra - geopolítica ou geografia política. A geografia política, no seu trajeto histórico, agrega produções como as de Elisée Reclus ou Kropotkin, como também foi e vem sendo – construída por representantes comprometidos com a manutenção do status que. ‘O conhecimento geopolítico também comparece com elaborações como as de Haushofer ou, então, como as de Josué de Castro’ (HORTA, 2006, p. 57).

A análise social, apesar de pouco estudada, é parte do componente de uma geografia política que como foi citado começa a se fortalecer pela importância da sociedade e problemas intrínsecos a ela que passou a ter força em detrimento de uma geografia estatal.

Não se advoga o fim do Estado, este, aliás, passou a ser compreendido de outras formas e visões dentro do repertório desta concepção geográfica e que ganha novos significados e funções que resulta em novas ideias na organização da sociedade e de novas formas de atuação.

Um dos elementos novos para análises territoriais tendo o Estado como indutor nas políticas territoriais, tendo enfoques multidimensionais em função da diversidade territorial em vista as motivações diferenciadas de cada grupo existente no território. As territorialidades existentes nas formas de se relacionar produzir, projetar, organizar o espaço é parte componente das ações do Estado na metade e início do século XXI.

A importância da análise dos usos do território circunscrite tanto às concepções clássicas de geografia política – o poder unidimensional do Estado – quanto os enfoques contemporâneos sobre a multidimensionalidade do poder, os múltiplos territórios e a múltiplas territorialidades. Assim, a multidimensionalidade do poder adotada para as políticas territoriais é conceituada no sentido de que diferentes atores produzem o espaço, (re) estruturam o território através das práticas de poderes-políticas-programas estratégicas, gestam territorial, enfim. A gestão de ações – programas – que contém um caráter (re) estruturante e – ou capacidade de alavancagem de desenvolvimento endógeno imprime, assim, novos usos do território (RUCKERT, 2010, p. 20).

É evidente que a questão em torno das novas formas de compreensão do Estado a partir, por exemplo, da existência de novas territorialidades, implica diretamente no leque de novas abordagens, ou seja, no conhecimento de novos temas, novas formas de relação sociais e representações espaciais e organizações.

Conforme Vlach (2007), o ensino de geografia era preso a seguinte premissa despolitizar o ensino, formar o cidadão como soldado da pátria, tendo um viés fortemente progressista. O ensino de Geografia Política era fadado a exaltar a pátria em torno dos ideais do Estado nacional.

A mudança de novos paradigmas traz a necessidade uma revisão do ensino incidindo diretamente em uma geografia do ensino, o aprofundamento de questões em torno das reivindicações sociais como direito a habitação, formas de inserção social, questões de gênero entre outras são partes de uma nova lista de temas que devem ser partes integrantes da agenda dessa disciplina no ensino.

Entendendo que aqueles que fazem a ciência também precisam se comprometer com o resgate da sabedoria humana, e que tal resgate é indissociável da Política e do Político, defende-se uma ruptura epistemológica ‘colada’ às transformações da prática social. Nessa medida, a prática social deve mudar também na escola. Ou, sobretudo, na escola, porque a educação continua fortemente marcada pelo espírito do Iluminismo (Adorno e Horkheimer, 1985), isto é, a crença na possibilidade de se disseminar, por meio de sua universalização, a

ideologia do progresso a todos os seres humanos, o que transformaria a Terra em um jardim paradisíaco (as diferenças sociais e as diversidades étnico-regionais-nacionais desapareceriam!). Assim, mudanças da prática social dos professores de Geografia são, igualmente, necessárias. Por meio da abordagem de temas da Geografia Política e da Geopolítica, suas aulas certamente podem contribuir para a construção de ‘raciocínios geográficos’, essenciais na compreensão de problemas do mundo atual. Esse é o papel do Ensino de Geografia na formação de cidadãos brasileiros participativos, ativos e críticos (VLACH, 2007, p. 4)!

As questões ligadas ao ensino de geografia política e a própria geopolítica no momento atual em que se encontram desenvolvidas em sala de aula têm sido orientada para conteúdos informativos, portanto, existe uma massificação de informações reproduzidas na grande mídia, os manuais de geografia encontram-se enveredados para essa coqueluche do momento.

A famigerada atualidade ou assuntos de atualidades ganham força nos livros didáticos de geografia, a distinção entre notícias televisivas e, ao mesmo tempo, os compêndios geográficos apresentam de forma indistinta. A problematização desse fato deve ser o alerta no ensino de geografia política e geopolítica ensinados nas escolas.

Conforme Teixeira e Silva (2015, p. 137), o ensino de geografia política deve ser pensado de acordo com o desenvolvimento desse ramo geográfico, tendo as seguintes fases.

Contudo, se faz necessário compreender que é a partir das interpretações dos estudos de Ratzel até os dias de hoje que alguns autores estabelecem fases, etapas ou momentos da trajetória teórica e metodológica da Geografia Política. Para Sanguin (1977 apud VESENTINI, 2010), a Geografia Política atravessou três momentos relativamente distintos: a) 1ª fase, no final do século XIX, por volta de 1897, pelos estudos de Ratzel até a segunda Guerra Mundial; b) 2ª fase, nas décadas de 1945 até 1970; e c) 3ª fase, a partir de 1970 até os dias atuais. Cada fase corresponde direta ou indiretamente a situações e fenômenos internacionais.

O internacionalismo ou as relações internacionais apresentam como questões fundamentais no mundo contemporâneo. O processo de globalização atual e representa uma nova forma de pensar como é organizado o espaço geográfico atual. O que implica diretamente nas formas de compreender os fenômenos escalares através da ação de seus atores.

Um dos desafios metodológicos geográficos é a relação escalar entre fenômenos espaciais e as chamadas dinâmicas espaciais. Fazer com que o aluno entenda que a fluidez produzida por diferentes atores em várias partes do espaço mundial são frutos das relações locais e globais, e que ambos estão contidos dentro dessa nova perspectiva geográfica.

Pensar em escalar e remeter a novos temas e novas territorialidades como citado neste artigo, exigem sua análise dentro da temática atual do ensino de geografia. Ainda existe resistência por parte, sobretudo, de uma geografia política universitária que tem como prática predominante sua centralidade na geopolítica estatal.

O que se observa nesse terceiro momento é que os fatos em relações internacionais devem ser observados através também de viés sociais e dos movimentos sociais, as formas de instituição política, os grupos existentes e seus domínios políticos que permeiam a constituição do Estado, as ações das Organizações não Governamentais (ONGs).

A necessidade desse reportório ainda existe no ensino de geografia no país, nos livros didáticos ainda atrelados a macro escala dos eventos, a importância no desenvolvimento de uma geografia política mais voltada para o conjunto da realidade social em outras escalas ainda não ocorreu.

Uma geografia política voltada para as demandas sociais e análises dos fatos políticos ainda aguarda a ser despertada e o local mais apropriado para que isso ocorra não vai ser na academia, com seus interesses próprios na disciplina e sim, a escola em função do próprio processo de formação social que indica essas condições no momento atual.

Considerações Finais

A geografia política do Século XIX surge com Friedrich Ratzel no contexto alemão e que as questões territoriais eram algo de suas preocupações, a política expansionista, o fortalecimento do Estado, questões que eram centrais nessa perspectiva geográfica. A obra celebre que marca a geografia política é de 1897 que leva o nome dessa expressão.

O surgimento da geopolítica no início do Século XXI tratará novamente a geografia Política em evidência, em períodos anteriores foi colocada como manual do

imperialismo alemão. A geopolítica veio reforçar a ideia determinista e, ao mesmo tempo, imperialista dessa área de conhecimento, trazendo o estigma para a geografia política.

O reflexo dessa circunstância trouxe a rejeição dessa área e, ao mesmo tempo, concentrou um privilégio de análise de o segmento militar, na universidade trouxe sérios problemas como sua demonização, o esquecimento dos geógrafos é parte integrante desses acontecimentos históricos.

Apesar da acusação de ser uma geografia descritiva, despolitizada e naturalista, a geografia do ensino teve um papel importante no movimento de renovação da geografia, foi por meio do ensino que novas abordagens surgiram pela introdução de textos mais reflexivos ligados ação política e social.

O resgate da geopolítica e geografia política surgiu nos anos 1970 passado os 47 anos pouca coisa mudou em torno do ensino, diga-se de passagem, como em todo o ramo da geografia política que apesar dos esforços de muitos teóricos ainda é centrada na análise estatal.

Na parte do ensino os problemas são maiores em virtude de a disciplina ter encontrado outros caminhos, como a escolha por meio de temas denominados atualidades e que traz uma análise superficial dos fatos. A grande problemática na realidade ainda não foi resolvida que é centrada em temas político e social, importante para o processo de cidadania.

Apesar das dificuldades encontra-se em seu desenvolvimento prematuro no ensino sendo o melhor ambiente para a agenda de uma nova temática e metodologias que pode renovar a disciplina em sua totalidade.

Referências

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política**: Território, escalas de ação e instituições, Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2005.

FONT, Joan Nogue; RUFI, Joan Vicente. **Geopolítica, Identidade e Globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

HORTA, Célio Augusto da Cunha. Geografia Política e Geopolítica: Velhas e Novas Convergências. **GEOgrafia** - AnoVIII - N. 15 -2006

MAGNOLI, Demétrio. **O que é geopolítica**. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1988.

MORAES, Antônio Robert. **Geografia**: Pequena história crítica. Hucitec: São Paulo, 1995.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1994.

RUCKERT, Aldomar Arnaldo. Uso dos Territórios e Políticas Territoriais Contemporâneas: Alguns cenários no Brasil, União Europeia e Mercosul. **Revista de geopolítica**, Ponta Grossa – PR, v.1, n.1, p.17- 32, jan-jun. 2010.

SILVA, João Marcio Palhete da. Poder, governo e território em Carajás. **In: VI ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE**, 2005, Fortaleza. Anais de resumo.

TEIXEIRA, Vanessa; SILVA, Márcia da. Geografia política e geopolítica no Brasil: uma análise da percepção dos alunos do ensino médio nas aulas de Geografia. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 5, n. 1, 2 015.

VESENTINI, José William. Controvérsias geográficas: epistemologia e política. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n.2. 2008.

VLACH, Vânia. Papel do ensino de geografia na compreensão de problemas do mundo Atual. **In: IX Colóquio Internacional de Geocrítica**, Porto Alegre, Anais de resumo. Porto Alegre: 2007, p. 1- p.11.